

PERFIL DAS ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS NO RURAL DO PÓLO DE DESENVOLVIMENTO DE AGRONEGÓCIOS BAIXO JAGUARIBE: RESULTADOS PRELIMINARES¹

Maria Odete Alves²
Airton Saboya Valente Júnior³

RESUMO – A emergência de uma agropecuária moderna e vinculada às agroindústrias, o surgimento de produtos agropecuários de alto valor agregado e diferenciados por nichos de mercado, e a crescente importância das atividades não-agrícolas no meio rural têm sido constatadas nas regiões mais desenvolvidas do Brasil. No caso específico do Nordeste, referidas tendências têm se manifestado nos chamados “Pólos de Desenvolvimento de Agronegócios - PDAs”. O presente estudo objetiva analisar o surgimento do chamado “novo rural” e conhecer a diversidade das atividades não-agrícolas no rural dos PDAs nordestinos, bem como discutir alternativas de elaboração de políticas públicas direcionadas para referidas áreas. Um estudo de caso é apresentado - o PDA Baixo Jaguaribe. A constatação da diversificação das atividades não-agrícolas nos PDAs do Nordeste sugere que as políticas de desenvolvimento rural para esses espaços, ao invés de se concentrarem unicamente nas atividades agrícolas, passem a ser direcionadas ao conjunto das atividades desenvolvidas no meio rural. Assim, as políticas para os PDAs devem apoiar atividades potenciais ou existentes (agrícolas ou não) que possam contribuir para a melhoria da renda e da qualidade de vida da população rural e para a manutenção da família na terra.

Palavras chaves: desenvolvimento rural, pluriatividade, pólos de desenvolvimento.

¹ Artigo apresentado no XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, em Juiz de Fora-MG, de 27 a 30/07/2003.

² Eng^a. Agrônoma, Mestra em Administração Rural e Desenvolvimento e pesquisadora do BNB/ETENE. Correio eletrônico: moalves@bnb.gov.br.

³ Economista, doutorando em Desenvolvimento Econômico e pesquisador do BNB/ETENE. Correio eletrônico: asvjunior@bnb.gov.br.

INTRODUÇÃO

A realização do presente estudo foi motivada pela premente necessidade de se disponibilizar informações capazes de subsidiar o planejamento regional do Nordeste, mais especificamente no que se refere à implementação de estratégias e ações voltadas para os chamados “Pólos de Desenvolvimento de Agronegócios”⁴, tendo em vista a nova conformação do meio rural brasileiro apontada por estudos realizados nos últimos anos.

Conclusões preliminares de pesquisas em andamento pelo Projeto Rurbano da Unicamp⁵, iniciadas em 1997, mostram que o meio rural brasileiro apresenta crescente diversificação de atividades agrícolas e não-agrícolas, o que vem sendo denominado de “pluriatividade”⁶. Uma das constatações do referido projeto diz respeito à sistemática redução do nível de ocupação e de renda no âmbito de atividades eminentemente de natureza agropecuária. Ao mesmo tempo, atividades não-agrícolas implementadas no rural vêm possibilitando maior oferta de ocupações e postos de trabalho, além de remunerações mais elevadas quando comparadas com as obtidas nas atividades rurais ligadas à agropecuária tradicional.

As conclusões das pesquisas do Rurbano e da revisão bibliográfica sobre as transformações ocorridas ao longo da história nas sociedades desenvolvidas⁷, fornecem indícios de que em áreas rurais do Nordeste cujas economias são mais dinâmicas, as atividades não-agrícolas tendem a se diversificar, adensar e apresentar crescente complexidade, além de possuírem significativo papel em termos de composição da renda das famílias.

A emergência do chamado novo rural contém uma série de implicações para a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o meio rural. Inicialmente, tem-se a possibilidade de estancar ou reduzir o êxodo de populações para as grandes aglomerações urbanas, através do estímulo a uma gama de atividades não-agrícolas no meio rural, considerando-se que referidas atividades não-agrícolas venham a gerar ocupação e renda para um subconjunto significativo de pessoas. Adicionalmente, o reconhecimento da existência de famílias rurais que combinem atividades agrícolas e não-agrícolas como estratégia de manutenção e reprodução social sugere mudança no viés das políticas públicas para o rural, caracterizadas até então pela valorização única e exclusiva do “agrícola”.

⁴ Vide tópico específico sobre Pólos de Desenvolvimento de Agronegócios.

⁵ Atualmente, desenvolve-se um projeto de pesquisa na UNICAMP – Projeto Rurbano – cuja proposta é explorar a relevância dos cortes urbano/rural e agrícola/não agrícola no desenvolvimento brasileiro recente. O projeto, implantado e coordenado inicialmente pelo pesquisador José Graziano da Silva, atualmente se encontra sob a coordenação do pesquisador Mauro del Grossi e envolve diversos pesquisadores ligados a instituições de diversos estados brasileiros. Os principais resultados da fase inicial aparecem em publicação recente da EMBRAPA, editada por Silva e Campanhola (2000), com o título “O Novo Rural Brasileiro”, composta de 4 volumes: Vol. 1 - Uma Análise Nacional e Regional; Vol. 2 - Uma Análise Estadual - Nordeste; Vol. 3 - Uma Análise Estadual - Sul, Sudeste e Centro-Oeste; Vol. 4 - Políticas Públicas.

⁶ Vide tópico específico sobre o tema.

⁷ Vide tópico específico sobre o tema.

1. PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO DE AGRONEGÓCIOS (PDAs)

As preocupações iniciais com a concentração ou aglomeração de atividades econômicas em determinados espaços geográficos estão vinculadas com as teorias da desigualdade regional, elaboradas por François Perroux nas décadas de 1950 e 1960. Referidas teorias introduziram os conceitos de “pólos de crescimento”, ou seja, focos de desenvolvimento socioeconômico e político-institucional inter-relacionados e localizados em centros privilegiados de determinado espaço geográfico. Referidos pólos, geograficamente situados, manteriam, de acordo com a teoria, fortes vínculos em termos políticos, socioeconômicos, institucionais e culturais com suas áreas de influência (Haddad et al, 1989).

Dessa forma, o pólo representa um conceito complexo sendo considerado, no âmbito da teoria do desenvolvimento regional, um espaço-tempo que guarda semelhanças embora não implique em uniformidade. Assim, duas tipologias de lugar ou região se sobressaem: os espaços homogêneos e aqueles polarizados. Os espaços ou regiões homogêneos se fundamentam no princípio da identidade entre seus subespaços constituintes. As regiões polarizadas, por sua vez, se fundamentam no princípio da interdependência entre seus subespaços constituintes, o que implica heterogeneidade. A diferenciação ou heterogeneidade dos subespaços que compõem as regiões polarizadas resulta do pressuposto de interdependência entre esses subespaços, uma vez que ela deve resultar da cooperação ou da exploração econômica, política, social e institucional entre unidades geográficas com atributos diferentes, portanto heterogêneas (Haddad et al, 1989).

Os centros onde se desenvolvem atividades de natureza econômica, política e social e onde são tomadas as decisões que geram fluxos de mercadorias, criando relações de influência com centros de escalões inferiores, são chamados de “pólos de atração”. Conforme a intensidade e a natureza das relações de dependência, um estímulo exercido sobre o pólo de atração causa repercussões diretas e indiretas nos centros dependentes e no próprio pólo de atração em questão.

Os centros de maior interesse, em princípio, são aqueles que apresentam as maiores taxas de desenvolvimento econômico e social. Assim, se caracterizam por fatores que fazem os sistemas a que pertencem se desenvolverem a taxas diferentes. Os pólos que apresentam as maiores taxas de crescimento são chamados de “pólos de desenvolvimento econômico”. Por outro lado, os pólos potenciais de desenvolvimento econômico são centros que apresentam condições em potencial que lhes asseguram um grande desempenho econômico em futuro próximo, desde que sejam convenientemente ativados.

Os pólos de desenvolvimento podem surgir devido ao acaso ou alternativamente podem ser estimulados através de um conjunto de políticas públicas. No caso dos Pólos nordestinos, houve um estímulo deliberado do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), quando criou o programa Pólos de Desenvolvimento de Agronegócios (PDAs) com ações estruturadas em várias mesorregiões do Nordeste, com o objetivo de potencializar as vocações locais e atrair novos investimentos, estimulando a cooperação entre os diversos setores e envolvendo-os na dinamização do desenvolvimento local integrado e sustentável.

Os PDAs foram concebidos com base nas teorias de Perroux e nos enfoques de cadeias produtivas, isto é, empresas e instituições interconectadas, de caráter complementar entre si, concentradas em uma dada região geográfica e trabalhando em negócios correlatos. Assim, o PDA pode ser visto como uma rede de empresas e instituições (públicas e privadas), trabalhando de forma sistêmica, com o objetivo de atender a uma determinada parcela das necessidades do consumidor. O PDA representa uma maneira alternativa para organizar um determinado complexo ou cadeia agroindustrial (Neto, 2002).

O Programa PDA do BNB é caracterizado sob duas dimensões inter-relacionadas: i) dimensão físico-econômica; e ii) dimensão político-institucional. A dimensão físico-econômica envolve o espaço geográfico ou uma sub-região delimitada; a ação do programa possui um enfoque sistêmico ou da cadeia produtiva. Em termos da dimensão político-institucional, o Programa prevê que as ações sejam desenvolvidas de forma cooperativa, com a efetiva participação das entidades e organizações que compõem a base institucional do pólo em questão; a gestão e a coordenação do Programa devem ser compartilhadas, com o envolvimento do setor privado, especialmente os empreendedores que integram as cadeias produtivas; também requer a adoção de estratégias que contribuam para assegurar a efetiva incorporação de pequenos empreendedores e suas associações e cooperativas nas cadeias produtivas (ABIPTI, 1999).

Os PDAs são formados por municípios que apresentam dinamismo e potencialidades socioeconômicas semelhantes, seja em função da dotação de recursos naturais ou de sistemas empresariais, nível tecnológico ou infra-estrutura. O BNB identificou, em sua área de atuação, doze PDAs, com cadeias produtivas centradas em grãos, fruticultura, pecuária, carcinicultura, artesanato e turismo rural (Figura 1).

O programa PDA do BNB prevê o desenvolvimento de ações integradas, em bases programadas, orientadas ao incremento sustentável dos níveis de produção, de padrão de qualidade dos produtos e de produtividade dos segmentos das cadeias produtivas, a partir de uma visão sistêmica e de longo prazo, objetivando assegurar eficiência econômica e o contínuo processo de melhoria da competitividade, da qualidade de vida e bem-estar social das populações envolvidas.

Em essência, o programa PDA do BNB tem por missão o aumento do poder de competitividade do agronegócio no mercado e o desenvolvimento sustentado de sua área de abrangência, por meio da satisfação das necessidades básicas das comunidades locais, do incremento da produtividade, da geração de empregos, da conservação de recursos naturais e da preservação do meio ambiente (BNB, 2003).

- [Alto Piranhas](#)
- [Assu-Mossoró](#)
- [Bacia Leiteira de Alagoas](#)
- [Baixo Jaguaribe](#)
- [Cariri Cearense](#)
- [Nordeste do Espírito Santo](#)
- [Norte de Minas](#)
- [Oeste Baiano](#)
- [Petrolina/Juazeiro](#)
- [Sul de Sergipe](#)
- [Sul do Maranhão](#)
- [Uruçuí-Gurgueia](#)



FIGURA 1. *Polos de Desenvolvimento de Agronegócios do Nordeste (PDAs)*
 Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (2003).

2. A PLURIATIVIDADE NO MEIO RURAL

2.1. Significado do termo pluriatividade

Nos últimos anos, mais precisamente a partir da década de 90, os principais fóruns de discussão sobre o meio rural brasileiro vêm aprofundando a discussão sobre o assunto pluriatividade (Schneider, 1994 e 1995; Silva, 1995 e 1998 e Kageyama, 1998). Entretanto, conforme revisão realizada por alguns autores, remonta ao início do século XX a discussão em torno de termos como *agricultor em tempo parcial*, *atividades não-agrícolas no meio rural*, *empregos múltiplos*, *fontes de renda diversificadas* e *pluriatividade* (Alves, 2002; Schneider, 1994).

Apesar dos longos debates acerca do assunto, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, o termo pluriatividade ainda hoje é confuso. Para Le Heron et al (1994: apud Kageyama 1998), a pluriatividade tanto pode representar uma estratégia de sobrevivência da família, quanto uma estratégia de expansão do capital.

Os estudiosos brasileiros Graziano da Silva e Campanhola (2000) consideram que o conceito de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas a outras atividades que gerem ganhos monetários e não-monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária. Para os autores, esse conceito considera todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado, realizados dentro e/ou fora das explorações agropecuárias.

Segundo Souza (199-), a pluriatividade pode ser compreendida “... *como resultado de diversas negociações entre indivíduos, cada um com diferentes apostas e posições nos negócios, família e grupo domiciliar, com preferências variantes sobre minimização de riscos, ajustes a mudanças no desenvolvimento do ciclo familiar, permitindo a entrada ou saída da exploração agrícola, assegurando continuidade da família na mesma de uma geração a outra, financiando desenvolvimento no interior ou externamente a ela, a sua organização e o trabalho do grupo domiciliar*”.

A reflexão desse autor nos faz observar que as evidências teóricas e empíricas que sublinham os impactos combinados de pressões internas e externas impõem a necessidade de se tratar o fenômeno da pluriatividade por meio de um conceito flexível. Para Souza (199-), “*A flexibilidade de sua conceituação faz-se evidente diante da heterogeneidade/diversidade do fenômeno, pois as realidades sociais são muito diferentes e terminam por entorpecer as análises teóricas*”. Esse autor propõe que se diferencie a pluriatividade em função do grau de desenvolvimento da sociedade onde ela está presente, o que seria uma forma de tentar resolver esse problema. Seguindo essa linha de raciocínio, o autor argumenta pela necessidade de se falar de “*pluriatividade do subdesenvolvimento*” e “*pluriatividade de sociedades desenvolvidas com industrialização e urbanização concentradas*”. Contudo, o autor reconhece que a adoção dessa diferenciação não é suficiente para esclarecer a questão da heterogeneidade de situações de pluriatividade que continuam existindo no interior desses tipos de sociedades.

A realização de pesquisas empíricas em regiões que apresentem os perfis descritos pode contribuir para esclarecer ambas as questões, uma vez que tanto é possível se observar o comportamento da pluriatividade nos diversos tipos de sociedades como é possível detectar sua diversidade.

2.2. A pluriatividade segundo o grau de desenvolvimento das sociedades

As sociedades desenvolvidas, ao longo de sua história, sofreram uma série de transformações, resultado de fatores externos e internos, segundo revisão realizada por Wanderley (2000).

Os fatores externos referem-se às mudanças no cenário mundial que se configuram por novas relações econômicas e políticas em que há cada vez mais internacionalização do ponto de vista de funcionamento e de regulação da produção agrícola e de valorização do meio rural.

Os fatores internos dizem respeito ao processo de diversificação social no meio rural e à perda do antagonismo existente nas relações entre o rural e o urbano, passando a existir uma relação de complementaridade.

O desenvolvimento dos espaços rurais nessas sociedades passa a depender não apenas do dinamismo do setor agrícola, mas também da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas.

Com efeito, a descentralização econômica e a disseminação espacial dos serviços criaram condições para que plantas industriais se instalassem em áreas rurais. Dessa forma, o desenvolvimento econômico e a expansão das cidades facilitaram o acesso das populações rurais a bens e serviços urbanos. Isso fez com que fosse sendo reduzida a distância física e social entre populações urbana e rural.

Segundo Wanderley (2000), atualmente já não existem grandes diferenças econômicas e sociais entre ambos os espaços nas sociedades desenvolvidas. Ocorreu, em decorrência, um crescimento da população não-agrícola e reduziu a população ocupada na agricultura. Passou a ter mais evidência a diversidade econômica e do próprio perfil da população rural, que deixou de ser meramente agrícola, uma vez que o campo passou a ser atrativo para jovens, pessoas idosas e aposentadas, seja com o objetivo de exercer alguma atividade produtiva, seja para usufruir do lazer e de uma melhor qualidade de vida.

A pluriatividade, entretanto, não é um fenômeno exclusivo das sociedades desenvolvidas. Estudos realizados por diversos autores relatam a existência da pluriatividade também entre populações rurais de sociedades em desenvolvimento ou subdesenvolvidas, assumindo características distintas dependendo do estágio em que se encontram tais sociedades.

Reardon et al. (1998), ao realizar uma revisão bibliográfica, identificou três fases da transformação das atividades não-agrícolas no meio rural de países em desenvolvimento. Num primeiro momento é observada a existência de atividades cuja produção é de pequena escala, utilizando tecnologia tradicional e intensiva em mão-de-obra, produzindo bens e serviços quase que exclusivamente para o mercado local. Nesta fase a maioria dos adultos pratica a pluriatividade no sentido de que cada um ajuda no trabalho agrícola dentro da propriedade, migrando ou praticando uma atividade não-agrícola na entre-safra; a segunda fase é caracterizada pela mescla de atividades vinculadas à agricultura e atividades não-agrícolas baseadas na demanda derivada dos ingressos do primeiro grupo, no desenvolvimento de comunidades rurais e na demanda derivada do setor urbano (como o turismo) ou no setor exportador. Na segunda fase há produtos cuja comercialização se dá além do mercado local e se verifica uma bimodalidade crescente, tanto na intensidade de capital quanto nos benefícios da mão-de-obra das atividades dentro de um dado subsetor de atividade não-agrícola. Em consequência, há uma coexistência de indivíduos de classes sociais distintas trabalhando no mesmo subsetor, porém, empregando tecnologias e habilidades diferentes e auferindo rendas distintas; na terceira fase há uma intensificação da diferenciação dos elementos da transformação que contribuiram para a diferenciação da segunda em relação à primeira fase.

Já nas sociedades subdesenvolvidas, em geral, dadas a falta de dinamismo da economia, a precariedade e pobreza que caracterizam a população rural, o nível de investimento da família na propriedade depende da disposição dos fatores internos de produção em relação à possibilidade de obtenção de rendas não-agrícolas. Significa que a prática de atividades não-agrícolas é uma estratégia de sobrevivência do grupo familiar e o acesso ao mercado ocorre de forma marginal (Alves, 2002; Garcia Jr., 1983 e 1989; Chayanov, 1974).

2.3. A pluriatividade em regiões dinâmicas do Brasil

O assunto pluriatividade tem ocupado nos últimos anos (mais precisamente a partir da década de 90), espaço razoável nos principais fóruns de discussão sobre o meio rural brasileiro. Hoje a economia que trabalha com a questão da pluriatividade está estabelecida nas nossas melhores universidades, e a produção de dissertações e teses na área reflete o grau de interesse que este tema adquiriu.

A discussão envolve autores como José Graziano da Silva, Nazaré Wanderley e Ricardo Abramovay, dentre outros. As preocupações destes estudiosos abrangem questões que vão desde a releitura do atual conceito de "setor rural" (Wanderley, 1997), passando pelas novas funções e espaços da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo, com ênfase no papel do território (Abramovay, 1999) e até a discussão sobre as atividades e fontes de renda não-agrícolas das famílias rurais (Graziano da Silva, 1995, 1997, 1997a, 1998).

A proposta de pesquisa aqui colocada se relaciona, especificamente, à questão abordada por Graziano da Silva (1995, 1997, 1997a, 1998), em cujos estudos, há a preocupação de mostrar que o meio rural brasileiro ganhou novas funções e por isso já não pode ser mais tomado apenas como um conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais. Silva (op. cit) acredita que o agricultor não é mais somente um agricultor, pois dentro ou fora de sua propriedade ele vem desenvolvendo outras atividades no meio rural, concorrendo com as atividades agrícolas⁸.

Nesta perspectiva, este "novo rural", do qual emergem novas atividades ligadas às transformações na base técnica da agricultura, parece refletir a realidade de regiões cuja agricultura passou por um processo de modernização tecnológica e nas quais a economia é mais dinâmica que aquelas cuja agricultura permaneceu sem modernizar-se.

Os principais resultados da pesquisa em andamento pelo Projeto Rurbano são (Graziano da Silva e Campanhola, 2000):

- a) o emprego agrícola vem caindo sistematicamente desde meados dos anos 80, mas a população rural ocupada (PEA Rural), ao contrário do esperado, vem crescendo no mesmo período;
- b) Os conta-própria não-agrícolas cresceram significativamente no período 1992/97, tanto no meio urbano quanto no rural;
- c) Entre os conta-própria agrícolas cresceram apenas aquelas famílias com residência no meio urbano;
- d) Os conta-própria pluriativos mostraram-se estáveis, ao contrário do que se esperava;
- e) A pluriatividade está presente em 35% do conjunto das famílias ligadas às atividades agropecuárias;

⁸ Silva (1997) considera a existência de um "Novo Rural Brasileiro", associado a transformações na agricultura brasileira (queda na rentabilidade dos principais produtos agropecuários) e aumento de produtividade decorrente da adoção de tecnologias (queda na oferta do emprego agrícola).

- f) Há crescimento de desempregados e aposentados residentes no campo;
- g) Ocorre queda da renda “per capita” dos agricultores familiares e crescente importância das atividades e rendas não-agrícolas entre essas famílias;
- h) Entre agricultores familiares exclusivamente agrícolas que possuem pequenas áreas de terra, o peso das aposentadorias e pensões chega a representar mais de um terço da renda familiar, independentemente do local de domicílio, se rural ou urbano.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Os subsídios obtidos a partir de revisão bibliográfica e dos resultados de pesquisas realizadas pelo grupo Rurbano permitem levantar a hipótese de que as atividades não-agrícolas ganharam significado também nos chamados Pólos de Desenvolvimento de Agronegócios (PDAs) nordestinos, por serem regiões cujas economias vêm recebendo estímulos de órgãos públicos e ganhando dinamismo nos últimos anos.

A realização de pesquisas de campo nessas áreas justifica-se, portanto, no sentido de melhor qualificar as tendências apontadas nos estudos recentes realizados no âmbito do grupo Rurbano (em geral com base em dados secundários) para, a partir do aprofundamento do conhecimento da realidade local, adequar as políticas regionais de desenvolvimento às condições das respectivas economias. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo principal desenhar o perfil das atividades não-agrícolas no meio rural dos PDAs, bem como discutir sobre as possibilidades de elaboração de políticas públicas direcionadas para referidas áreas. Mais especificamente, o estudo objetiva:

- a) Conhecer a diversidade de atividades não-agrícolas no meio rural dos Pólos de Desenvolvimento de Agronegócios nordestinos.
- b) Determinar problemas e potencialidades econômicos das principais atividades não-agrícolas existentes nos PDAs.
- c) Analisar as possibilidades de se implementar políticas públicas específicas para as principais atividades não-agrícolas nos referidos Pólos.
- d) Sugerir políticas públicas específicas de apoio às principais atividades não-agrícolas dos referidos PDAs.

4. METODOLOGIA

A pesquisa piloto⁹ está sendo realizada no PDA Baixo Jaguaribe, composto por 11 municípios¹⁰, considerando que:

1. Embora encravado em pleno semi-árido (cujos municípios em geral, apresentam economia estagnada), o pólo em questão possui uma economia razoavelmente dinâmica.
2. Em virtude de ter coordenação e gerência sediadas em Fortaleza, apresenta maior facilidade de interação entre a equipe do BNB e o Pólo de Desenvolvimento.
3. Dispõe de estruturas de apoio que podem contribuir para facilitar o andamento da pesquisa.

A coleta das informações de campo está sendo feita por meio de 320 (trezentas e vinte) entrevistas (questionários semi-estruturados) aplicadas junto às famílias extensas dos domicílios¹¹ rurais selecionados. A família extensa inclui, além da família nuclear, os parentes desta que vivem no mesmo domicílio (mesmo que formem outro casal) e os agregados¹²; exclui, dentre seus membros, os pensionistas¹³ e as empregadas domésticas¹⁴ e seus parentes¹⁵.

A seleção dos domicílios a serem pesquisados foi realizada em quatro etapas:

Etapa 1 - Seleção dos municípios:

Determinação dos municípios de economia mais dinâmica a partir das seguintes variáveis:

- a) PIB Indústria + PIB serviços \geq 75% do PIB Total do município;
- b) Soma do número de estabelecimentos Industriais + estabelecimentos de serviços do município \geq 53 e/ou

⁹ Pretende-se que a metodologia utilizada neste trabalho seja estendida, numa segunda etapa, para os demais PDAs da área de atuação do BNB.

¹⁰ Municípios que compõem o PDA Baixo Jaguaribe: Icapuí, Aracati, Itaiçaba, Jaguaruana, Palhano, São João do Jaguaribe, Quixeré, Russas, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Tabuleiro do Norte.

¹¹ O domicílio é utilizado aqui como unidade de coleta, porque permite caracterizar a atividade exercida individualmente pelos membros da família, independente do local de moradia. Exclui os domicílios coletivos que se destinam à “habitação de pessoas cujo relacionamento se restringe ao cumprimento de normas administrativas” e os domicílios particulares improvisados, assim considerando aquele domicílio localizado em unidade que não tem dependência destinada exclusivamente à moradia, como loja, sala comercial, prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta que estejam servindo de moradia (Graziano da Silva e Del Grossi, 2002, p.9).

¹² Agregado é considerado pelo IBGE como sendo “a pessoa que não é parente da pessoa de referência da família nem do seu cônjuge e não paga hospedagem nem alimentação a membro (s) da família” (Graziano da Silva e Del Grossi, 2002, p.9).

¹³ “aquele que não é parente da pessoa de referência da família nem do seu cônjuge e paga hospedagem ou alimentação a membro da família” (Graziano da Silva e Del Grossi, 2002, p.9).

¹⁴ “pessoa que presta serviço doméstico remunerado em dinheiro ou somente em benefícios a membro (s) da família” (Graziano da Silva e Del Grossi, 2002, p.9).

¹⁵ “pessoa que é parente do empregado doméstico e não presta serviço doméstico remunerado a membro (s) da família” (Graziano da Silva e Del Grossi, 2002, p.9).

- c) Município em que haja a presença de pelo menos 1 (um) núcleo/arranjo produtivo.

Na primeira etapa foram selecionados 9 dos 11 municípios do PDA Baixo Jaguaribe: Aracati, Icapuí, Itaiçaba, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Russas e Tabuleiro do Norte.

Etapa 2 - Seleção dos setores amostrais (comunidades):

Após a definição dos municípios a serem pesquisados adotou-se os seguintes procedimentos para determinar as comunidades a serem amostradas, limitando-se ao máximo de 3 (três) e ao mínimo de 2 (duas) por município:

- a) Foram selecionadas todas as comunidades rurais com presença de núcleo (s)/arranjo (s) produtivo (s) (conforme CED, 2002);
- b) Foi selecionada, por município, a comunidade rural com o maior número de atividades não-agrícolas (de acordo com informações obtidas junto às prefeituras e aos agentes de desenvolvimento com atuação nos municípios);
- c) Nos casos em que havia mais de uma comunidade com o mesmo número de atividades, procedeu-se ao sorteio entre todas elas, a fim de se chegar àquela que deveria ser amostrada;
- d) Para o município de Icapuí, em virtude da grande diversidade de atividades verificada durante a coleta de informações preliminares, além do procedimento citado nos itens (a) e (b), optou-se pela realização do sorteio de mais 1 (uma) comunidade, conforme o item (c), totalizando 3 comunidades amostradas;
- e) Para o município de Limoeiro do Norte, em virtude da não presença de arranjo/núcleo produtivo em comunidades específicas, e pela grande diversidade de atividades ali verificada, além do procedimento citado no item (b), optou-se por realizar o sorteio de 2 comunidades, conforme o item (c), totalizando 3 comunidades amostradas.

Os procedimentos realizados na etapa 2 possibilitaram a seleção das seguintes comunidades (setores amostrais), cujo número de domicílios corresponde a 31% do total dos domicílios rurais existentes nos 9 municípios: Barreira dos Vianas e Canoa Quebrada (Aracati); Barreiras de Cima, Cajuais e Redonda (Icapuí); Tabuleiro do Luna (Itaiçaba); Borges e Ribeirinha (Jaguaruana); Boa Fé, Córrego da Areia e Várzea do Cobra (Limoeiro do Norte); Aruaru e Juazeiro de Baixo (Morada Nova); Jurema (Palhano); Periferia e Retiro (Russas); Água Santa (Tabuleiro do Norte).

Etapa 3 - Distribuição da amostragem nas comunidades selecionadas:

A amostragem foi distribuída nas comunidades selecionadas na etapa 2, proporcionalmente ao número de domicílios existentes em cada uma delas, conforme distribuição apresentada no quadro abaixo:

QUADRO 1. Distribuição da amostragem nas comunidades selecionadas nos respectivos municípios, proporcionalmente ao número de domicílios

Município	Comunidade selecionada	Nº. de domicílios	Nº. de entrevistas
Aracati	Barreira dos Vianas	729	42
	Canoa Quebrada	371	21
Icapuí	Barreiras de Cima	165	9
	Cajuais	187	11
	Redonda	529	30
Itaiçaba	Tabuleiro do Luna	83	5
Jaguaruana	Borges	94	5
	Ribeirinha	94	5
Limoeiro do Norte	Boa Fé	397	23
	Córrego da Areia	328	18
	Várzea do Cobra	181	10
Morada Nova	Aruaru	1.372	78
	Juazeiro de Baixo	603	34
Palhano	Jurema	80	5
Russas	Periferia	134	8
	Retiro	133	8
Tabuleiro do Norte	Água Santa	139	8
Total		5.619	320

Etapa 4 - Procedimentos de campo para a seleção das unidades amostrais (domicílios):

Tendo em vista não se dispor de uma listagem de cadastro prévio dos domicílios e da dificuldade de construção dessa lista, optou-se pelo Método do Passeio Aleatório para a seleção das unidades amostrais, conforme Neder (2002). A etapa de pesquisa se encontra em andamento, na fase de pré-teste do questionário em campo. O processo deverá ocorrer da seguinte forma:

- a) serão escolhidos como ponto de partida do setor a sede de cada comunidade e uma direção do trajeto dentro da comunidade;
- b) será entrevistado o domicílio mais próximo deste ponto de partida (sede da comunidade);
- c) serão escolhidos os seguintes mais próximos domicílios na direção adotada até que complete a quota de domicílios no setor (comunidade).

5. RESULTADOS PRELIMINARES¹⁶

O PDA Baixo Jaguaribe, objeto do presente estudo, está localizado na zona semi-árida do Ceará, abrangendo um total de 11 municípios, conforme apresentado na Figura 2. Possui área de 9,9 mil Km² o que corresponde a 6,8% do território do Estado, e população de 346 mil habitantes, dentre os quais 44% residentes no meio rural.

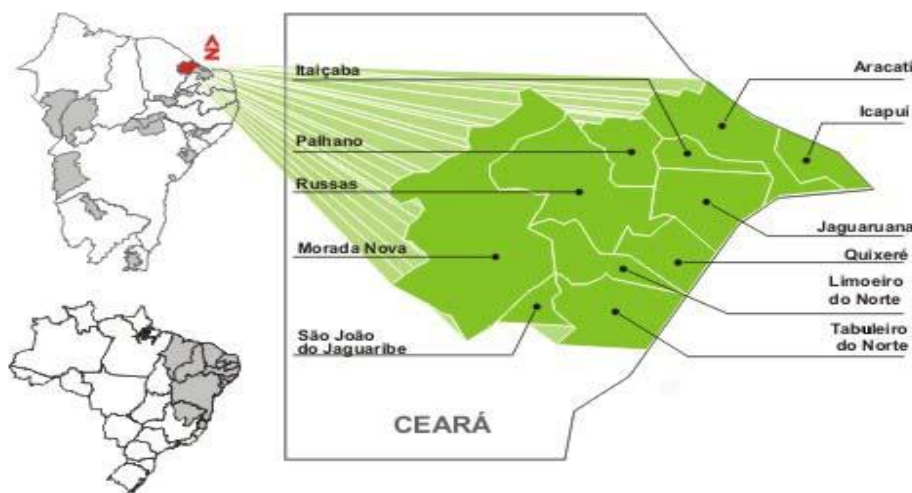


FIGURA 2. Pólo de Desenvolvimento de Agronegócios do Baixo Jaguaribe
Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (2003).

Conforme Veiga (2001), o patamar de densidade demográfica que acusa razoável grau de urbanização em municípios com até 100 mil habitantes e externos às aglomerações e centros urbanos está próximo dos 80 hab/km². Levando-se em conta esse argumento, todos os municípios do PDA Baixo Jaguaribe seriam rurais, tendo em vista que a população de cada um deles não atinge os 70 mil habitantes e a densidade demográfica oscila entre o máximo de 64,6 hab/km² na cidade mais dinâmica (Limoeiro do Norte) e o mínimo de 18,7 hab/km² no município de Palhano. A densidade demográfica média do PDA Baixo Jaguaribe é de 34,6 hab/km².

Em termos de desenvolvimento social, os índices de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do PDA Baixo Jaguaribe são inferiores ao índice médio do Brasil (0,757 em 2000). O município de Limoeiro do Norte possui o maior índice (0,711 em 2000) enquanto que o menor IDH ocorreu no município de Icapuí - 0,631 em 2000 (PNUD 2003). Em termos de renda per capita, a média para o PDA Baixo Jaguaribe (US\$ 1389 em

¹⁶ Deve-se esclarecer que os resultados preliminares a seguir apresentados a respeito do perfil das atividades não-agrícolas nos municípios que compõem o PDA Baixo Jaguaribe foram obtidos a partir de informações preliminares fornecidas pelas prefeituras por intermédio das secretarias de saúde municipais (agentes comunitários de saúde), tendo em vista que se encontra em andamento a aplicação dos questionários.

1998) mostrou-se inferior em relação à média do Estado do Ceará (US\$ 1830 em 1998), menos de 50% da renda per capita do Nordeste (US\$ 3145 em 1998) e apenas um quinto da renda per capita média para o Brasil (US\$ 6824 em 1998), Tabela 1.

TABELA 1. Indicadores Sócio-Econômicos - PDA do Baixo Jaguaribe

Informações	População (2000)	Área (km²)	Densidade Demográfica (hab/km²) (2000)	PIB per capita (em mil US\$) (1998)
Brasil	170.000.000	8.512.000	19,97	6.824,48
Nordeste	47.600.000	1.532.000	31,07	3.145,20
Ceará	7.417.402	146.348	50,68	1.830,07
Pólo Baixo Jaguaribe	345.669	9.989	34,60	1.389,05
Limoeiro do Norte	49.620	768	64,60	1.745,24
Russas	57.320	1.607	35,67	1.222,77
Morada Nova	64.400	2.784	23,13	1.735,65
Jaguaruana	29.735	743	40,02	1.239,94
Aracati	61.187	1.270	48,17	1.266,75
Quixeré	16.862	598	28,20	1.112,62
São João do Jaguaribe	8.650	286	30,24	1.364,03
Palhano	8.166	437	18,69	1.146,41
Tabuleiro do Norte	27.098	829	32,69	976,02
Icapuí	16.052	428	37,50	2.235,87
Itaiçaba	6.579	239	27,93	1.700,53

Fonte: IBGE, SEI, PNUD-IPEA, MEC-INEP, DATASUS Ano: 2000

Os principais núcleos produtivos do PDA em questão são representados pela fruticultura irrigada, apicultura, pecuária leiteira, ovinocaprinocultura, carcinicultura, lagosta, movelaria, artesanato, redes de dormir e atividades do setor metal-mecânico. O acesso rodoviário se dá pela BR 116 e está a aproximadamente 200 km da capital do Ceará - onde há dois portos (Mucuripe e Pecém) - a 350 km do porto de Natal e a 600 km de Recife, que conta com o porto de Suape.

O maior percentual da área irrigada do Pólo pertence ao município de Aracati (15,8%), seguido de Quixeré (14,3%), tendo como principais culturas irrigadas o melão, a banana e o milho. Além dessas culturas, são também importantes no PDA as culturas do arroz, feijão, algodão herbáceo, manga, coco-da-baía, caju e mandioca (IBGE, 2000).

Embora a maior parte da área irrigada do Pólo Baixo Jaguaribe ainda esteja ocupada pela cultura do arroz, os produtores estão aumentando sensivelmente a área com fruticultura e olericultura, principalmente banana, melão, coco, manga, acerola, uva,

graviola e goiaba. As principais culturas cujas áreas plantadas estão se expandindo compreendem o melão para exportação e banana e mamão para o mercado local (Tabela 2).

TABELA 2. Indicadores de Produção – PDA Baixo Jaguaribe

Produto (eixo do pólo)	Quantidade produzida	Área Colhida (ha)
Arroz	41.874 (ton)	6.961
Melão	26.370 (mil frutos)	1.060
Algodão Herbáceo	8.274 (ton)	11.525
Banana	2.598 (mil cachos)	1.484
Tomate	5.345 (ton)	176
Coco-da-Baia	3.448 (mil frutos)	1.331
Limão	57.156 (mil frutos)	839

Fonte: IBGE Ano: 1999 - Valor da produção atualizado pelo IGP-DI, até 1999.

Ainda segundo dados do IBGE (2000), existem no PDA Baixo Jaguaribe 150 estabelecimentos industriais e 167 de comércio. Estudo recente realizado pelo CED (Centro de Estratégias de Desenvolvimento do Estado do Ceará) aponta para a existência de alguns núcleos ou arranjos produtivos em 9 dos 11 municípios do Pólo, além daquele referente à fruticultura e cuja importância econômica poderá crescer nos últimos anos. São os seguintes os núcleos ou arranjos produtivos apontados no documento do CED (2002): produção de redes (Jaguaruana), lagosta (Icapuí), metal-mecânico (Tabuleiro do Norte), móveis de madeira (Morada Nova), cerâmica (Russas), camarão em cativeiro e artesanato (Aracati, Palhano e Itaiçaba) e mel de abelhas (Limoeiro do Norte).

Registre-se o artesanato como sendo a atividade não-agrícola importante no pólo, aparecendo na maioria das comunidades, tendo, inclusive, arranjos produtivos em três municípios. Observam-se diversas formas de artesanato, tais como barro, palha de carnaúba, palha de milho, casca de coco, labirinto, renda, bordado, pintura em tecido, crochê e tapeçaria.

Figuram também como atividades não-agrícolas importantes a produção de redes (com arranjo produtivo em Jaguaruana), a atividade metal-mecânica, importante no município de Tabuleiro do Norte e a produção de móveis de madeira no município de Morada Nova.

Além dessas atividades, verifica-se também a existência de agroindústrias para beneficiar polpa de frutas, de castanha de caju e fabricação de rapadura de caju, doces, queijo e farinha, mini-indústrias para beneficiamento de cera de carnaúba e fabricação de vassouras, o comércio em geral, a extração de sal, a fabricação de barcos, borracharias, comércio de pescado, extração de calcário, fabricação de filtros, pesque-pague e olarias.

Em virtude do crescimento dessas atividades nos municípios do Pólo, outras oportunidades de negócio se abrem para fabricação e revenda de máquinas e equipamentos, venda de combustível, produção e revenda de embalagens, produção e revenda de agroquímicos, produção de mudas, *packing houses*, indústrias de sucos, doces, polpa de frutas, concentrados, atacadistas, transportadoras, *trading companies*, dentre outras atividades (BNB, 2003).

Além dos agronegócios ligados à cadeia da fruticultura, o PDA ainda tem diversas outras atividades complementares como consultorias especializadas, escritórios de projeto e assistência técnica, oficinas mecânicas, cursos especializados nas atividades rurais e agroindustriais e de comercialização agrícola e logística de agronegócios (Quadro 2).

QUADRO 2. Oportunidades de Negócios no PDA Baixo Jaguaribe

INSUMOS	FABRICAÇÃO OU REVENDA DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS
	REVENDA DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES
	PRODUÇÃO OU REVENDA DE EMBALAGENS
	PRODUÇÃO OU REVENDA DE AGROQUÍMICOS
	PRODUÇÃO OU REVENDA DE MUDAS E SEMENTES
PRODUÇÃO	FRUTÍCOLAS (BANANA, MAMÃO, MANGA, UVA, PINHA, ACEROLA, GRAVIOLA, LIMÃO, ABACAXI, COCO E OUTRAS)
TRANSFORMAÇÃO	PACKING-HOUSE
	AGROINDÚSTRIAS: SUCOS, DOCES, BENEFICIAMENTO DE POLPA, CONCENTRADOS, RAÇÃO
	EMBALADORAS
DISTRIBUIÇÃO	ATACADISTAS
	TRANSPORTES
	TRADING COMPANIES
	LOJAS DE HORTI-GRANJEIROS (OLERÍCOLAS E FRUTÍCOLAS)
SERVIÇOS	ESCRITÓRIOS DE PROJETO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
	CONSULTORIAS AGROPECUÁRIAS ESPECIALIZADAS
	LABORATÓRIOS DE ANÁLISES DE SOLO, ÁGUA E PLANTA
	PATRULHA MECANIZADA
	UNIDADES DE BENEFICIAMENTO DE SEMENTES
	CASAS DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS
	CURSOS ESPECIALIZADOS NAS ATIVIDADES RURAIS, AGROINDUSTRIAIS E DE COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA
LOGÍSTICA DE NEGÓCIOS	

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil, 2003.

À GUIA DE CONCLUSÃO

O presente estudo ainda está em andamento, pois embora o plano amostral haja sido definido, os questionários tenham sido elaborados e testados, a pesquisa de campo deverá ocorrer no segundo semestre de 2003, bem como a tabulação e análise das informações. Neste sentido, as conclusões até aqui apresentadas ainda não respondem plenamente a todas as questões levantadas para a solução do problema de pesquisa. Assinalam, no entanto, indícios para responder uma indagação básica, isto é, apontar para a existência de uma diversidade de atividades não-agrícolas no âmbito dos PDAs nordestinos.

Em síntese, o reconhecimento da existência da pluriatividade no PDAs do Nordeste nos leva a sugerir mudanças ao poder público, tanto no enfoque quanto nos instrumentos das atuais políticas de desenvolvimento para essas áreas que, ao invés de se concentrarem nas atividades agrícolas como ocorre atualmente, devem ser direcionadas ao conjunto dos habitantes do rural. Ou seja, as políticas para o meio rural dos PDAs devem apoiar atividades potenciais ou existentes (agrícolas ou não) que, de alguma forma, possam contribuir para o aumento da renda das famílias e da qualidade de vida da população rural como um todo.

BIBLIOGRAFIA

ABIPTI - Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica. **Agropolos e outros. Agroplos - Uma Proposta Metodológica**. Brasília (DF): ABPTI, 1999.

ABRAMOVAY, R. **Do setor ao território: função e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. São Paulo: Primeiro relatório de pesquisa, Projeto BRA 97/013, 1999 (mimeo).

ALVES, M. O. Pluriatividade como estratégia de sobrevivência no sertão nordestino: o caso de Tejuçuoca, Ceará. **Revista Raízes**. v.21, n.01, pp.114-121, Campina Grande, UFCG/PPGS, jan./jun.2002.

BNB. **Pólos de Desenvolvimento Integrado**. Disponível em <<http://www.banconordeste.gov.br>>. Acesso em 25.mar.2003.

CED (Centro de Estratégias de Desenvolvimento do Estado do Ceará). **Núcleos e arranjos produtivos locais: casos dos municípios do agropólo do Baixo Jaguaribe** (versão preliminar). Fortaleza: CED, 2002.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires, Ediciones Nueva Vision, 1974.

DEL GROSSI, M. **O uso das PNAD's para as áreas rurais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para Discussão).

GARCIA JR., A. R. **Terra de trabalho**. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____. **O sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, Marco Zero; Brasília, Editora Universidade de Brasília; MCT-CNPq, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, J. G. Resistir, resistir, resistir: considerações acerca do futuro do campesinato no Brasil. In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, v.1, pp.792-798, Curitiba, 1995.

_____. **Uma agenda para o futuro**. In: ANAIS DO ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 21, Caxambu, 1997. (CD-ROOM).

_____. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**. v.7, n.1, pp.43-81, Belo Horizonte, maio/1997a.

_____. **Políticas não-agrícolas para o novo rural brasileiro**. In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36, v.1, p.117-142, Poços de Caldas, 1998.

_____ & CAMPANHOLA, C. (ed.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Volume 1. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.

_____ & CAMPANHOLA, C. (ed.). **O novo rural brasileiro: uma análise estadual - Nordeste**. Volume 2. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.

_____ & CAMPANHOLA, C. (ed.). **O novo rural brasileiro: uma análise estadual - Sul, Sudeste e Centro-Oeste**. Volume 3. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.

_____ & CAMPANHOLA, C. (ed.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Volume 4. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.

_____ & DEL GROSSI, M. **O uso das PNADS para as áreas rurais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão 874).

HADDAD et al. **Economia regional – Teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.

IBGE. **Censo Agropecuário 2000**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 13.dez.2002.

KAGEYAMA, A. **Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais**. In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36, v.2, pp.555-566, Poços de Caldas, 1998.

NEDER, H. D. **Amostragem em pesquisas socio-econômicas**. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/textos>>. Acesso em 16.ago.2002.

Neto, A. L. **Notas sobre clusters**. Fortaleza: FIEC, 2002.

PNUD/IPEA. Disponível em <http://www.undp.org.br>. Acesso em 23.04.2003.

REARDON, T.; CRUZ, M. E.; BERDEGUÉ, J. **Los pobres en el desarrollo del empleo rural no agrícola en América Latina**: paradojas y desafíos. Chile: RIMISP, 1998.

SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Ensaios e Debates**. set./dez. 1994. pp.106-131.

_____. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, v.1, pp.1158-1195, Curitiba, 1995.

SOUZA, M. **A pluriatividade nos países capitalistas desenvolvidos**. [S.l.: s.n.], [199-].

VEIGA, J. E. da et al. **O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001. (Série Textos para discussão n.1).

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço e ator coletivo. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. n.15, Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, out./2000. pp.87-145.

_____. O lugar dos rurais: In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35, v.1, pp.90-113, Natal, 1997.